



Análise do nível de participação dos detentos no programa “Alô, Rádio Livre!”, da Rádio Livre.

SOUSA, Larissa Nobre¹

SANTOS, Bárbara Augusta Bezerra Pinheiro Camurça²

COSTA FILHO, Ismar Capistrano³

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a Rádio Livre e analisar o nível de participação, definido por Cecília Peruzzo, dos internos que possuem acesso ao projeto e são ouvintes do programa “Alô, Rádio Livre!”. Além disso, nos basearemos na definição de Raquel Paiva para entender se a rádio se encaixa como meio de comunicação comunitária e finalizaremos com uma entrevista concedida pelo coordenador da Rádio Livre, Felipe Sampaio, que nos fornece dados relevantes sobre o desenvolvimento do projeto. Para isso, adentraremos na situação atual do cárcere e sua transformação ao entrar numa instituição privativa de liberdade, principalmente o brasileiro, através das leituras de Rafael Damasceno Assis, Erving Goffman e dados e notícias recentes sobre o sistema.

Palavras-chaves: Nível de Participação, Comunicação Comunitária, Comunicação Popular, Rádio Livre, Sistema Carcerário.

Introdução com objetivos de metodologia

Segundo Ferdinand Tonnies (in PAIVA, 2007), a vida comunitária se dá através de relações consanguíneas e de afetos em comum, mas também por proximidade. Entendemos que o sistema prisional faz dos encarcerados uma comunidade, ainda que a proximidade não seja voluntária, visto que as mudanças de local para o cumprimento da pena estão no controle do Estado.

¹ Estudante de Graduação 7º semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda da Faculdade 7 de Setembro. E-mail: larissanobresousa@gmail.com

² Estudante de Graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade 7 de Setembro. E-mail: barbara.camurca@hotmail.com

³ Orientador professor Doutorando em Comunicação Social pela UFMG e professor dos cursos de Comunicação Social da Faculdade 7 de Setembro. E-mail: ismarcapistranofilho@gmail.com



Nos propomos à análise da participação dos detentos na programação da Rádio Livre, motivadas por várias questões, mas tendo como eixo estas: a rádio carcerária se enquadra no modelo de comunicação comunitária? Se enquadrar-se, em que aspectos? Se não, estaríamos diante de uma nova modalidade de rádio, tendo em vista que esta comunicação não se alinha à grande mídia? A partir disto, buscaremos entender qual o papel do sujeito privado de liberdade no contexto da produção radiofônica.

Para tal feito, teremos como aporte teórico de Raquel Paiva (2007) e seus pilares para definir um veículo como comunitário ou não, dentre estes a contra-hegemonia, a polifonia, a interferência no sistema produtivo e o propósito primeiro da educação. Além de Cicília Peruzzo, em que conceituaremos a comunicação popular participativa e exemplificaremos os níveis de participação.

Aprofundando a compreensão sobre o objeto, nos valeremos da pesquisa de Rafael Assis (2007) e sobre a Rádio Livre nos aprofundaremos em uma entrevista realizada com o coordenador do projeto, Felipe Sampaio e de materiais oficiais da SEJUS (Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará).

Para entender o mundo do interno em cárcere privado de liberdade, utilizaremos a pesquisa de Erving Goffman (1961) e a para compreender a importância do apoio familiar na ressocialização, o estudo realizado por Negreiros Neto (2012).

A investigação da participação dos detentos no programa da rádio segue o modelo qualitativo, pois faremos uso do método de Entrevista em Profundidade do tipo Semiaberta, com um roteiro de questões-guia, buscando tratar a amplitude do tema, tanto com o coordenador da Rádio Livre, quanto com egressos do sistema prisional que trabalham na rádio.

Faz-se necessária uma análise do conteúdo do objeto, o programa de recados *Alô, Rádio Livre!* para compreendermos o papel dos detentos nesse contexto e o seu nível de participação. Faremos, também, uso do método de Pesquisa Bibliográfica.

Comunicação Comunitária, Popular e/ou Participativa

Objetivando compreender a Comunicação Comunitária, Popular e/ou Participativa abordada neste artigo, faz-se necessário o esclarecimento do conceito de popular em si mesmo.

Cicília Peruzzo (in COSTA FILHO) afirma que o popular é “um conceito dinâmico, aberto, conflitivo e, portanto, histórico.” Caracterizando-se, segundo Costa Filho (2013), “como modelos de comportamentos contra-hegemônicos, que diferem dos



padrões predominantes nas indústrias culturais.”.

Ainda em Peruzzo (1998), alguns estudos referentes aos meios comunitários apontam que estes têm características peculiares: estão nas mãos de movimentos sociais, são multidirecionais, horizontais, têm seu foco no anseio das classes subalternas, desvendam a realidade, politizam a comunidade, propiciam diálogo e participação, são economicamente instáveis, não detêm a tecnologia e têm um raio de ação limitado.

Já os meios de comunicação de massa estão sob o domínio da burguesia, são unidirecionais, verticais, privilegiam a ideologia da classe dominante, criam hábitos de consumo por meio da persuasão, distorcem os fatos, despolitizam o receptor, detêm a tecnologia e são economicamente estáveis.

Contudo, para Peruzzo (1998), não há uma superação dos meios massivos pelos meios de comunicação popular. Não existe uma relação excludente, mas complementar, sendo os grandes veículos responsáveis pelo entretenimento e a informação e os populares atendendo à demanda das comunidades e movimentos sociais organizados. A autora afirma que o repúdio à mídia massiva influenciou na elaboração de uma comunicação popular que despreza, atribui pouco valor, ao entretenimento, ao lazer, ao humor e ao lúdico, tornando-se pouco atraente.

A Comunicação Comunitária, Popular e/ou Participativa, de acordo com Peruzzo (1998), surgiu como uma "nova" comunicação em resposta à insatisfação com as condições dos meios massivos, sem a sujeição ao governo e ao Estado, pelo menos não diretamente. Nesse modelo não são especialistas falando a néscios, mas grupos discutindo entre si e com outros grupos similares. Com isso, cria-se um processo participativo voltado para a mudança social.

Raquel Paiva (2007) diz que dentre os aspectos que caracterizam a perspectiva comunitária no campo comunicacional, ou seja, que permitem dizer se determinada TV, rádio, revista etc é comunitária, estão: *a força contra-hegemônica no campo comunicacional*, entendendo hegemonia de acordo com o argumento de Gramsci, abrangendo não só o comando, a liderança, a supremacia no que tange ao aspecto político, mas em igual medida quanto à cultura, à ideologia, à direção moral, compreendendo também as formas reguladoras, forças coercitivas e estruturas de dependência para a manutenção de um pensamento dominante; *a estrutura polifônica*, através da diversidade de atores sociais, da presença de grupos minoritários, do interesse pelo novo, pela pluralidade de vozes; *a produção de novas formas de linguagem*, como



pré-requisito para as propostas da comunicação comunitária, visando a efetiva interferência na alteração de posturas sociais, redescrevendo o sujeito, recontando histórias, usando um novo vocabulário; *a interferência no sistema produtivo*, através das relações de trabalho e sistema produtivo sem delimitações específicas de função/cargo, tendo como foco o produto final, integrando todos os colegas de trabalho, sejam eles assalariados ou não.

Além da *integração entre consumidores e produtores de mensagens*, onde as pautas, as decisões sobre programação e a análise crítica da produção com a participação dos destinatários criam essa proximidade, em total oposição com a mídia atual; do *propósito primeiro da educação*, suprimindo a demanda não saciada pelo Estado e conscientizando para o consumo crítico de mensagens midiáticas; das *novas pesquisas tecnológicas*, que frente à “carência sistemática” têm surgido; e, por fim, *novas formas de reflexão sobre a comunicação* aliando mais uma vez seres tradicionalmente separados - os que pensam e os que fazem - percebendo que “um não vive sem o outro”.

Compartilhando de conceito similar, Peruzzo (1998) defende serem características da comunicação popular: a *expressão de um contexto de luta*, um *conteúdo crítico-emancipador*, um *espaço de expressão democrática*, tendo o *povo como protagonista* e sendo *instrumento das classes subalternas*.

Mas, é um equívoco pressupor que tudo denominado de comunicação popular/comunitária encontra-se numa perspectiva de igualdade entre emissor e receptor na prática, apesar de, teoricamente, ser este o objetivo.

É muito comum meios populares serem produzidos por uns poucos e estes fazerem suas próprias interpretações das necessidades de informações e de outras mensagens dos receptores. Neste sentido, pode estar havendo uma certa reprodução do dirigismo e do controle por parte de lideranças e/ou instituições mediadoras da comunicação popular. (PERUZZO, 1998, p. 141)

A partir dessa compreensão acerca da Comunicação Popular Participativa, Peruzzo (1998) destaca alguns modos de participação, dispostos em níveis. São eles: *mensagens*, através de entrevistas, depoimentos, denúncias, avisos, pedidos de músicas, envio de sugestões e inscrição em concursos, por exemplo; *produção de mensagens, materiais e programas*, aplicando capacidade pessoal e qualificação técnica, na produção sistemática, periódica ou ocasional, de notícias, artigos, poesias, e desenhos transmitidos pelo meio de comunicação. Essa produção se dá ainda na preparação (linha política, objetivos, estrutura, conteúdo, duração, horário), elaboração (textos, roteiros,



diagramação, locução, montagem) e edição (seleção, cortes, complementos) de materiais impressos e programas de rádio e TV, tendo os participantes domínio e acesso à recursos tecnológicos e partilhando a tomada de decisões.

Outro nível de participação é o *planejamento dos meios*, englobando a política editorial, os objetivos, a formatação de programas e veículos, além da gestão, formas de sustentação financeira e planos de comunicação. Por último, a autora cita a *gestão dos meios*, onde há a participação no processo de administração, permeando o critério de coresponsabilidade, de forma democrática.

Peruzzo (1998) diz que para as investigações sobre a comunicação popular faz-se necessário que a teoria "abarque" os processos no contexto mais amplo, indo além do estudo do meio comunicativo em si, porque a significação vem através da dinâmica social em que esse meio está inserido. No caso da Rádio Livre, o contexto é o sistema prisional, portanto, abordaremos os aspectos relevantes ao Brasil.

A situação atual do Sistema Carcerário Brasileiro

Segundo Assis (2007), o sistema carcerário brasileiro passa por grandes dificuldades de infraestrutura. Devido à superlotação, o ambiente se torna propício a epidemias e contágio de doenças.

Um exemplo disso foi o ocorrido na cadeia pública de Aquiraz, Ceará em abril de 2015, no qual um surto de meningite atingiu a cadeia que teve de ser interditado pela juíza titular da 1ª Vara de Aquiraz, Mônica Lima Chaves. A cadeia que tinha capacidade para deter 51 indivíduos, estava mantendo em seu ambiente o total de 105 pessoas⁴.

Todos esses fatores estruturais, como também a má-alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão fazem com que o preso que ali adentrou numa condição sadia de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas. (ASSIS, 2007, p. 75).

A lista de doenças presentes no sistema carcerário enumeradas ainda por Assis (2007) é gigantesca. Muitas vezes, os presídios não dispõem de profissionais da área de saúde para garantir o cumprimento da Lei de Execução Penal, que, segundo o inc. VII do art. 40, o Estado deve garantir o direito à saúde para o apenado. Como consequência, o que ocorre é uma dupla penalidade: a pena de prisão pelo qual o detento está

⁴ CE, G1. **Presos têm surto de meningite e cadeia é interditada no Ceará.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/presos-tem-surto-de-meningite-e-cadeia-e-interditada-no-ceara.html>>. Acesso em: 30 abr. 2015.



cumprindo e o deteriorado estado de saúde que ele está propício no cárcere. Desta forma, a manutenção do preso em estado deplorável faz com que a pena perca seu caráter ressocializador, diz ele.

Ainda segundo Assis (2007), outro problema é a constante violação dos direitos e a falta de segurança nas prisões, pois além da perda da liberdade, o detento passa por situações de castigos, que são principalmente agressões físicas e torturas, tanto por parte de outros presos como pelos agentes da administração prisional, que têm como consequência a mortificação do eu, sugerida por Goffman (1961). Os diversos rebaixamentos, degradações e humilhações fazem com que o indivíduo passe por sérias mudanças radicais em sua carreira moral. Essas mudanças modificam as crenças que o indivíduo possui a seu respeito e ao respeito de outros que têm significado para ele.

Assis (2007) prossegue afirmando que a principal causa dos abusos e agressões cometidos pelos agentes penitenciários e policiais é decorrente das tentativas de rebeliões ou fugas. Através de dados do Departamento Penitenciário Nacional (in SUPERINTERESSANTE) foi comprovado que, por ano, 1.900 detentos se envolvem em motins ou rebeliões e que 1.500 cárceres fogem das instituições privativas de liberdade.

As rebeliões, embora se constituam em levantes organizados pelos presos de forma violenta, nada mais são do que um grito de reivindicação de seus direitos e uma forma de chamara atenção das autoridades para a situação subumana à qual eles são submetidos dentro das prisões. (ASSIS, 2007, p.76).

Assis (2007) continua que, após a equipe dirigente conseguir retomar o controle da situação, os amotinados passam por uma “correição”, que muitas vezes é feita através do espancamento, e se, com excesso, termina em execução. Isso é decorrente do despreparo dos agentes, que veem na violência, a única solução para a tentativa de conter motins e rebeliões. Em sua maioria, os agentes não são responsabilizados por seus atos e permanecem impunes.

Entre os próprios presos a prática de atos violentos e a impunidade ocorrem de forma ainda mais exacerbada. Homicídios, abusos sexuais, espancamentos e extorsões são uma prática comum por parte dos presos que já estão mais “criminalizados” dentro do ambiente da prisão, os quais, em razão disso, exercem um domínio sobre os demais, que acabam subordinados a essa hierarquia paralela. Contribui para esse quadro o fato de não estarem separados dos condenados primários os marginais contumazes e sentenciados a longas penas. (ASSIS, 2007, p. 76).



Para Massola (in NEGREIROS NETO), a necessidade de adaptação e a estratégia de valores leva a um surgimento de cultura e valores próprios, denominados subculturas. Como exemplo, um indivíduo quando entra no sistema inicia suas atividades com tarefas de limpeza e em situações subalternas e humilhantes. As condições de sobrevivência são impostas pela a hierarquia através da criação de regras informais.

Para muitos autores, dentre eles Negreiros Neto (2012), a Unidade Penitenciária tem sido vista como uma escola de crime. A falta de separação dos presos de acordo com o delito proporciona uma troca de conhecimentos a respeito do mundo do crime. Isso favorece ao número de reincidência, motins, rebeliões e fugas em massa.

Assis (2007) ainda afirma a ineficiência dos órgãos pela execução penal e a progressão de regime. Existe a violação na demora de concessão dos benefícios à progressão de pena ou em soltar os detentos que já cumpriram o tempo de sua reclusão.

Essa situação decorre da própria negligência e ineficiência dos órgãos responsáveis pela execução penal, o que constitui constrangimento ilegal por parte dessas autoridades, podendo ensejar inclusive a responsabilidade civil do Estado por manter o indivíduo encarcerado de forma excessiva e ilegal. (ASSIS, 2007, p. 76).

Os números do Conselho Nacional de Justiça são de um defensor para cada 29 mil pessoas, o que leva, a muitas vezes, o preso só ter contato com seu defensor público no dia da sua audiência. Segundo a Aplicação de Penas e Medidas Alternativas, quase 40% dos presos que estão à espera de julgamento não são condenados à prisão no fim do processo. A Aplicação de Penas do Conselho Nacional de Justiça já liberou, desde 2008, mais de 50 mil presos que estavam presos indevidamente sem nenhuma assistência jurídica.⁵

Soma-se a esses itens o problema dos presos que estão cumprindo pena nos distritos policiais (devido à falta de vagas nas penitenciárias), estabelecimentos inadequados para essa finalidade. Por conta disso, acabam sendo tolhidos em vários de seus direitos, dentre eles o de trabalhar, a fim de que possam ter sua pena remida, e também o de auferir uma determinada renda. O trabalho ainda evita que venham a perder sua capacidade laborativa. (ASSIS, 2007, p.76).

Essa situação vivida dentro dos presídios, estudado por Goffman (1961) no sentido mais amplo de instituições totais, dão ao internado, ou seja, ao detento, uma ideia de que o tempo que passou privado de sua liberdade foi um tempo perdido ou

⁵ ALMEIDA, Camila. **Inferno atrás das grades**. Super Interessante. Ed. 344. Março 2015.



arrancado de si. Esse tempo em que precisou cumprir sua reclusão deve ser apagado, pois para ele, esse tempo o exilou de viver, fazendo perder seus contatos sociais e pelas impossibilidades de bens que não são permitidos em uma instituição, como por exemplo, dinheiro, formação de ligações conjugais e certidão de estudos realizados.

A sociedade, a cada agressão sofrida, clama por punições mais severas, como a pena privativa de liberdade, como forma de proteção e como alternativa para a redução da criminalidade. Não se percebe que as prisões, ainda insubstituíveis e necessárias para muitos tipos de criminosos, devem, na perspectiva da reintegração social desses indivíduos, fornecer os meios e um ambiente adequados ao tratamento penal; caso contrário, ao invés de reduzir a criminalidade, como se almeja, o que devolvemos à sociedade é um criminoso não recuperável e com mais ira, desejando se vingar da sociedade. (LOPES, 2012, p.1)

Segundo Negreiros Neto (2012), devido os detentos serem indivíduos totalmente esquecidos por parte da sociedade e por conviverem com diversas personalidades e seus níveis de periculosidades, esse indivíduo está incapacitado para voltar ao convívio social e dificilmente existirá a possibilidade de regeneração por parte dele.

Devido todas as complicações citadas acima, o Estado atentou para a necessidade de interferência e reversão do processo degradante, quase intrínseco às instituições penitenciárias privativas de liberdade. A partir disso, surgiu a iniciativa da Rádio Livre.

A Rádio Livre

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS), inaugurou oficialmente no dia 10 de Janeiro de 2013 a Rádio Livre, pioneira no segmento no Brasil.

Segundo Felipe Sampaio, coordenador da Rádio Livre, a ideia do projeto foi devido o uso de caixas de som na CPPL II com a proposta de música ambiente, em sua maioria ópera, além de mensagens religiosas. O projeto foi estudado e planejado para um uso maior desse recurso.

Hoje, com o slogan “A liberdade está no ar”, o objetivo é de levar aos detentos informações sobre educação, saúde, cultura, direitos humanos e ainda fazer uma mediação de comunicação entre o recluso e seus familiares. Essas ações ajudam no processo de ressocialização e reintegração dos apenados.



Através de uma rádio com porte profissional instalada na sede da SEJUS, o sinal de transmissão é enviado via Internet às unidades que possuem a estrutura de sonorização. Assim, a programação é ouvida nas vivências e ruas dos presídios através de caixas de som instaladas no local. Segundo o Coordenador do projeto, Felipe Sampaio, em algumas unidades, a radiadora também é disponibilizada à direção para apoio nas ações de disciplina, recados, participação de familiares e avisos de atividades.⁶

Atualmente a rádio funciona de segunda à sexta, de 8 às 19h, transmitindo suas ondas para mais de 6.000 presidiários através de cerca de 260 caixas de som instaladas em seis unidades carcerárias da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará: Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III), Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Penitenciário Elias Alves da Silva (CPPL IV), Casa de Privação Provisória de Liberdade de Caucaia, Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (Pacatuba) e Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF).

Fiquei preso por sete meses na CPPL IV e ouvia todo dia a programação. O som era ótimo e os internos faziam silêncio quando algum parente mandava os alôs. O trabalho da Rádio Livre é muito bom, porque aproxima os familiares da gente, traz muitas emoções e até aquele que não recebe uma visita se sente emocionado e consolado por uma palavra de outro familiar. Agora estamos mais próximos da sociedade através da música e de toda a programação. (egresso R.B.).

Coordenada pelo jornalista Felipe Sampaio, entre a equipe da Rádio Livre existem três egressos. É o caso de Cyntia Corvello que está cursando História na Universidade Federal do Ceará (UFC), e que cumpre regime semiaberto em Fortaleza e possui um dos programas de maior audiência, o Se Intera (Se liga). “Meu único contato com rádio foi quando dei entrevistas por ter sido a primeira interna a usar tornozeleira eletrônica para cursar a faculdade em março de 2012 (...) A rádio foi muito bem aceita em todas as unidades prisionais e se transformou em uma ponte entre a liberdade e o cárcere”, diz ela⁷.

⁶ SAMPAIO, Felipe. **Relatório Rádio Livre**. Fortaleza: Rádio Livre, 2014.

⁷ SEJUS. **Projeto Rádio Livre é destaque no site do CNJ**. 2013. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/1508-projeto-radio-livre-e-destaque-no-site-do-cnj>>. Acesso em: 26 abr. 2015.



Em 2015, a novidade midiática que chega ao projeto é o aplicativo para smartphones no sistema android. Na plataforma, os ouvintes podem pedir músicas e enviar recados que serão lidos pelos locutores dos programas.

O programa “Alô, Rádio Livre!”

Apesar da variedade na programação, o segmento de maior audiência, segundo o coordenador do projeto Felipe Sampaio é a troca de recados por detentos e familiares. A audiência é calculada pelo registro das participações. Ou seja, cada ligação e cada recado são anotados com data, remetente, destinatário, vivência e presídio.

Para a composição do programa "Alô, Rádio Livre!" são recolhidos recados dos familiares e presos, em papéis padrão, em sua maior parte, através de urnas nos presídios. No entanto, como a equipe do programa procura manter o contato "corpo a corpo" com os presos visitando frequentemente - processo facilitado, já que a Rádio Livre conta com egressos do sistema - é normal receberem recados em pedaços de papel, até pela escassez do material nos presídios. Além deste método, os familiares podem participar ligando para a rádio ou pelas gravações captadas nos dias de visita e em datas comemorativas, como o dia das mães. Estes recados são analisados pelos egressos envolvidos na rádio para que não haja transmissão de códigos, incitando à rebelião ou quaisquer tipos de infrações da lei.

Ao todo, já foram transmitidos mais de 3.100 recados de familiares através da rádio. Sempre transmitidos nos horários de 11h e 15h, os recados são aguardados como momento importante pelos detentos, como diz o coordenador Felipe Sampaio:

Eu já presenciei. A gente tava chegando na unidade e quando dá 11h que fala “recado dos familiares”, eles se calam, fazem silêncio para ouvir bem e ao final de cada recado eles batem palma. [...] foi muito bonito porque tinha aquele respeito pelo familiar e percebeu que o quadro que eles mais gostam é o quadro dos familiares.

Contudo, os recados não são restritos aos detentos e familiares, tendo aos servidores da SEJUS a possibilidade de participação. Mas, neste caso, a transmissão se dá em quaisquer horários, no meio da programação, diferente do material com conteúdo voltado aos detentos.

Apesar do recurso do envio de mensagens parecer um modo de comunicação insuficiente, no contexto prisional ganha uma significação de maior importância, visto que os destinatários estão privados do convívio familiar, muitas vezes em cárceres não-



favoráveis à ressocialização, sem notícias do mundo fora dos muros, precisando de algo que os inspire a prosseguir até o cumprimento da pena e encontram no projeto, uma forma legal de comunicação. A iniciativa da SEJUS conta com o reconhecimento dos egressos, como o V.A.L, ex-interno da CPPL III:

Quero mandar um recado aí pro pessoal da Rua S, da CPPL III, o capitão Wagner, que tava na 24, na vivência F, na CPPL III... Mandar um recado pro pessoal da 24, que eles tenham força lá, perseverem, não fiquem tristes, tenham força de vontade que Deus vai mudar a vida deles assim como tá mudando a minha. Fica com Deus aí, fica na fé. Boa sorte! A gente escuta a Rádio Livre lá, é muito bom, essa Rádio Livre aí, que a gente sabe das notícias do que tá acontecendo com a gente.

O teor dos recados é basicamente motivacional, de suporte por parte da família do detento, mantendo-o informado sobre o cônjuge e filhos. Como exemplo, citamos a gravação feita pela equipe da Rádio Livre de Rose para o detento C. J.:

O recadinho vai para o amor da minha vida, é o C. J. Conhecido lá como playboy no CPPL IV, na rua A no X.. Ele estava no X 16, né, mas quando eu fui visitá-lo ele já estava lá na 24 (...) Eu queria dizer que ontem a saudade apenas minimizou. Não vai acabar, só vai acabar no dia em que ele estiver aqui no meu colo, pra eu encher de beijos, de cheiros. Eu tenho certeza de que esse dia já está bem pertinho. Meu filho, eu adorei! Que você tenha uma boa semana, dentro do limite do razoável. Que você não perca a fé, creia em Deus, Deus nunca abandona, dá umas cruces assim, bem pesadas, mas não abandona nunca. Que Deus abençoe que ele tenha fé. Um abraço apertado não só a ele, mas em todos que estão lá, e se alguém que estiver ouvindo passar lá na Casa de Custódia, passar um catatau pra ele, avisar que a mãe dele deixou um recadinho do coração e que eu o amo demais.

O coordenador Felipe Sampaio afirma ter havido um aumento na participação por meio de recados. O crescimento foi devido a oficinas voltadas a sensibilizar quanto a ressocialização para os agentes penitenciários, conversas com os Diretores dos presídios, os detentos e seus familiares. Em dados relativos aos recados lidos pelos locutores na programação, tanto de bilhetes recolhidos na recepção das unidades, como em ligações dos familiares para o estúdio, as estatísticas são as seguintes: Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2013 foram registrados 1013 recados. No mesmo período em 2014 foram registrados 1359 mensagens.

A limitação técnica mais expressiva que a rádio apresenta é o *delay*. Esse atraso na transmissão chega a ser de até 20 minutos, segundo o egresso Z. C. S. F.

Entrevista com o Coordenador Felipe Sampaio



Visitamos a Rádio Livre e fizemos uma entrevista em profundidade com o coordenador do projeto, Felipe Sampaio. As perguntas tiveram caráter qualitativo e relataremos através de suas respostas em que aspectos a Rádio Livre se enquadra no conceito de Comunicação Comunitária, segundo Cicília Peruzzo e Raquel Paiva, além de definirmos o nível de participação dos detentos e egressos na produção do programa “Alô, Rádio Livre!”.

Felipe é jornalista e tem uma experiência com rádio há mais de 12 anos. Atualmente cursa pós-graduação em Assessoria de Comunicação e está no comando da rádio desde 2013.

Quando o projeto foi ampliado, deixando apenas de ter uma proposta de som ambiente - muitas vezes no estilo de ópera - e recados religiosos, foi realizada uma pesquisa com os próprios detentos para saber o nível de aceitação quanto ao possível projeto. Segundo Peruzzo (1998), devido o repúdio que a comunicação popular tem à mídia massiva, em sua programação não possui um espaço relevante voltado para o lazer, o entretenimento, o humor e o lúdico. Ela reforça a importância dessas características para a obtenção de êxito, pois é necessário trabalhar os valores culturais de onde se inserem.

Felipe argumenta:

Não basta apenas impor para os internos, a gente tem que conversar saber a opinião deles, saber se eles vão gostar. Pensar em quadros que eles possam participar, que eles gostem também, para não chegar, montar o sistema de som e eles desligarem a caixa de som, quebrarem uma caixa de som.

A partir disso, foi criada uma programação diversificada abrangendo dentro de sua grade programas informativos, educacionais, religiosos e de entretenimento.

Em sua equipe, Felipe conta com a participação integral de três egressos do sistema. Cada um está responsável por uma temática do programa. Apenas dois dos três membros possuía experiência profissional com o rádio antes da sua entrada no projeto. O outro integrante, apesar de não ter o conhecimento técnico, já exercia alguma atividade no cárcere relacionada à Comunicação, como o cerimonialismo. Ao falar desse processo de lapidação do egresso sem experiência, Felipe diz:

Ela é muito comunicativa. Então quando ela veio para cá a gente ensinou como mexer na aparelhagem, ensinou como falar, nós demos algumas dicas de como se pronunciar, se comportar perante o microfone. E ela foi trabalhando isso, foi trabalhando e com o tempo deu certo.



Ainda sobre a equipe integral da Rádio Livre, parte dos próprios egressos o trabalho de visita das vivências e a possibilidade de ter uma conversa presencial com os internos, tanto para ter o *feedback* a respeito da programação, como para recolher bilhetes contendo mensagens para familiares ou dúvidas para autoridades públicas, respondidas posteriormente na transmissão. Além disso, cabe a equipe a manutenção dos equipamentos da rádio na sede da SEJUS e nos presídios.

Na parte de comunicação interna, o Diretor do presídio recebe um treinamento para poder utilizar o equipamento caso ache necessário e conta também com um técnico de informática para auxiliá-lo no processo.

Além desses membros integrais, Felipe Sampaio afirma também a participação periódica da Assessoria de Comunicação e dos profissionais da SEJUS como fonte de notícias e esclarecimentos de dúvidas. A Assessoria trabalha na checagem da veracidade de notícias que vão ao ar para os detentos e na ajuda de conhecimentos que sejam relevantes ao público. Como os detentos tem a possibilidade de tirar dúvidas, seja com um advogado, defensor público, enfermeiro ou professor por exemplo, os profissionais da SEJUS estão à disposição para o esclarecimento da questão. Às vezes, profissionais de fora do sistema também participam de pautas, porém Felipe reforça a importância dos profissionais que já estão inseridos na mecânica prisional e conhecem a realidade. Essa característica, segundo Peruzzo (1998) é porque “a rádio popular quer colocar o ouvinte cada vez mais em contato com sua realidade, para compreendê-la e poder transformá-la.” (p.128).

Felipe Sampaio explica como funciona o *feedback* dos detentos. Geralmente acontece através da família e das visitas dos membros da Rádio ao presídio. Ele também ressalta que o “interessante é que a maioria deles preferem fazer uma programação religiosa mesmo e a gente deixa a cargo deles.”

Quando questionado acerca da estrutura polifônica e da força contra hegemônica, características definidas por Paiva (2007), Felipe Sampaio aborda o princípio da rádio ver a importância do respeito ao detento como viés comunicativo:

Inclusive a pretensão da rádio é inserir todos os internos que queiram realmente sentir agraciados com a programação da Rádio Livre. E a gente sempre fala aqui na nossa programação: não importa o que você é, não importa o crime, não importa o que você fez. A gente quer dar uma oportunidade através da rádio livre. Educar, informar, entreter, torná-los cidadãos. A gente quer mostrar que tem oportunidades através dos cursos, a gente fala sobre os cursos, falamos sobre as demais



oportunidades de estágios e empregos também. E através da Rádio Livre a gente realmente consegue alcançar os internos e dar voz e vez.

Como uma característica importante da polifonia (PAIVA, 2007) é a pluralidade de vozes através dos atores sociais de diversos movimentos e grupos minoritários, ele acrescenta à sua resposta o espaço que a Rádio Livre oferece sempre ao grupo *Meninas que Encantam*, internos LGBT da CPPL III que realizam atividades teatrais e danças. Peruzzo (1998) finaliza afirmando que “a comunicação popular abre espaços para a transmissão de produtos da cultura e da criatividade (...) da própria cultura população, de pessoas da localidade, que assim tem onde se expressar.” (p. 157).

Podemos perceber que em sua maior parte, a participação dos detentos ocorre através dos bilhetes, mas Felipe nos adiantou um projeto que está em fase de planejamento para implantação. Dentro da programação existirá um quadro em que os apresentadores e produtores serão os próprios detentos. Os integrantes da Rádio Livre serão responsáveis apenas pela edição do programa, como disse Felipe:

A gente faz a edição, eles apresentam, eles pensam nos quadros e cerca de duas vivências, de dois presídios diferentes já toparam. Então a gente vai começando agora a fazer a participação deles diretamente. Porque hoje em dia eles participam fazendo perguntas jurídicas. [...] A gente vai no presídio, grava essas dúvidas jurídicas e responde através da programação. [...] Então é mais essas participações pequenas mesmo, mas a gente tem esse projeto de fazer esse programa só pros internos do sistema.

Resultados

Como resultado desta pesquisa temos a percepção da importância da comunicação popular para uma sociedade de fato democrática. Entendemos que a Rádio Livre se enquadra em alguns aspectos desta comunicação, como: *polifonia e contra-hegemonia*, ao representar o detento de um modo mais digno do que visto na grande mídia; *interferência no sistema produtivo*, tendo como exemplo o caso da egressa C.C e outros que buscam o trabalho não por remuneração financeira, mas por diminuição de pena; *integração entre consumidores e produtores de mensagens*, à medida em que são as dúvidas dos presos e suas necessidades que pautam a programação, e potencialmente, segundo o coordenador do projeto Felipe Sampaio, eles próprios tenham espaço para produzir programas; *educação*, tanto através de espaço nos programas para dicas e tira-dúvidas para o ENEM, como via spots humorísticos com viés educativo; *novas formas*



de reflexão sobre a comunicação já que detentos em regime semi-aberto e egressos fazendo rádio para encarcerados é uma experiência inédita no Brasil.

No aspecto do nível de participação dos detentos segundo a autora Cicília Peruzzo, entendemos que é predominantemente no nível de envio de mensagens, com planos para o nível de produção, se o projeto do programa feito por detentos for implantado. O que ainda é pouco, mas significativo levando em conta o contexto do cárcere.

Considerações finais

Esta pesquisa ampliou o nosso conhecimento sobre o sistema carcerário brasileiro, nos fez pensar e repensar sobre as possibilidades de ressocialização dos detentos, quais os caminhos possíveis para eles e o nosso lugar enquanto comunicadoras. Por ser um projeto pioneiro, a Rádio Livre nos instiga a buscar novas ideias para a comunicação, explorando o seu potencial para o bem. Longe de pôr fim ao assunto esta pesquisa é um embrião.

Assim como receber mensagens dos familiares mantém os detentos lúcidos e determinados a prosseguir, ver pessoas que investem tempo e energia em projetos significativos nos refresca. Talvez a visão do comunicador como alguém que denuncia injustiças, como cão-de-guarda, como instrumento para a transformação social seja utópica, mas prosseguiremos acreditando.

Referências

ALMEIDA, Camila. **Inferno atrás das grades**. Super Interessante. Ed. 344. Março 2015.

ASSIS, Rafael Damasceno de. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. 2007. Disponível em: <<https://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/949/1122>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

BARROS, Antonio (Org.); DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2006. 380 p.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. **Os deslocamentos da comunicação para o comunicacional e do comunicacional para o popular cultural**. In: INTERCOM, XV, 2013, Mossoró - RN.



DADOS sobre o **efetivo de presos da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará**. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/70>>. Acesso em: 21 de fev, 2015 às 13:58h.

CE, G1. **Presos têm surto de meningite e cadeia é interditada no Ceará**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/presos-tem-surto-de-meningite-e-cadeia-e-interditada-no-ceara.html>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

GOFFMAN, Evernig. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 5. ed. São Paulo: Perspetiva, 1996.

LOPES, R. **Terceirização e sistema de co-gestão penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. Arquitectos, 059.11, ano 05, abr 2005.

NETO, José Milton Negreiros. **Importância da Família no Processo de Ressocialização do encarcerado diante das Condições do Sistema no Estado do Ceará**. 2012. 75 f. Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional - Universidade Federal do Ceará Fortaleza, 2012

NORDESTE, Diário de. **Surto de meningite provoca a interdição da Cadeia Pública de Aquiraz**. 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/online/surto-de-meningite-provoca-a-interdicao-da-cadeia-publica-de-aquiraz-1.1260930>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PAIVA, Raquel; ESPOSITO, Roberto; TARIZZO, Davide. **O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 199 p.

PERUZZO, C.M.K. **A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito humano**. Diálogos de la Comunicación, v. 82, p. 1-7, 2010. Disponível em: <<http://www.dialogosfelafacs.net/a-comunicacao-nos-movimentos-sociais-exercicio-de-um-direito/>>

SEJUS. **Projeto Radio Livre é destaque no site do CNJ**. 2013. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/1508-projeto-radio-livre-e-destaque-no-site-do-cnj>>. Acesso em: 05 mar. 2015.